



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE SECRETÁRIO AUXILIAR
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE QUIRINÓPOLIS

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
 2. Você receberá do fiscal:
 - a) 01 (um) caderno de questões;
 - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
 - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
 - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
 3. O caderno de questões contém:
 - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
 - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
 - c) 01 (uma) proposta de redação.
 4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
 5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
 6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
 7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
 8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
 9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
 10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
 11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.
-

LÍNGUA PORTUGUESA

10 Questões

Questão 01

A palavra, contida nos parênteses, preenche adequadamente a lacuna do enunciado em:

- a) _____ ao novo presidente! (Alvisaras)
- b) A Universidade somente permaneceu aberta graças às doações de um _____. (filântropo)
- c) A moça que trabalha na padaria é conhecida por sua educação e seu sorriso _____. (jocoso)
- d) A criança procurou um local _____ e começou a chorar. (recôndito)

Questão 02

Marque a alternativa em que há erro na concordância verbal:

- a) Havia cadeiras suficientes na sala.
- b) Vende-se verduras frescas.
- c) Este café é para nós tomarmos.
- d) Quantos de nós também já sofreram?

Leia o texto abaixo para responder as questões 03 e 04:

CNMP apresenta Movimento Nacional em Defesa das Vítimas em encontro sobre direitos fundamentais, no Espírito Santo

Representado pelo membro auxiliar da Presidência, Marcelo Weitzel, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participou, no dia 29 de junho, em Vitória, no Espírito Santo, da II reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), presidido pela procuradora-geral de Justiça do Espírito Santo, Luciana Gomes.

O encontro, que foi realizado paralelamente à reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPGE), teve como objetivo debater a atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos fundamentais.

Durante a reunião, Marcelo Weitzel disse que o projeto de apoio às vítimas conta com o apoio, desde sempre, do presidente do CNMP, Augusto Aras, e de sua administração, bem como dos conselheiros. Ele analisou ainda a importância do Projeto de Lei nº 3.890/20, que cria o Estatuto em Defesa das Vítimas, destacando que o projeto promoverá uma nova forma de atuação do Ministério Público. Weitzel ainda ressaltou a importância da assinatura do termo de adesão ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, pela presidente do CNPGE, Norma Cavalcanti.

A assinatura marca o compromisso dos procuradores-gerais do Brasil em observar os termos da Resolução CNMP nº 243/2021, que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas.; promover a ampla comunicação do tema entre os membros e servidores, incentivando a participação nas capacitações do CNMP que tratam do tema; promover a cultura de medidas que evitem a revitimização; bem como disponibilizar projetos de melhores práticas e priorizar a implantação de núcleos ou centros de atendimento às vítimas, em conformidade com a disponibilidade de recursos de cada Ministério Público.

Na oportunidade, o CNPGE e o GNDH externaram apoio ao movimento do Ministério Público a favor das vítimas, bem como se propuseram a elaborar notas técnicas favoráveis à aprovação do projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados.

O projeto Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas é promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ministério Público Federal (MPF) e Escola Superior do Ministério Público da

União (ESMPU), em parceria com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

A iniciativa tem como objetivo desenvolver ações coordenadas que buscam a proteção integral e a promoção de direitos e de apoio às vítimas na perspectiva de atuação do Ministério Público brasileiro. O intuito é facilitar o acesso à informação e aos canais de acolhimento, além de ampliar as ferramentas disponíveis, humanizar e capacitar a rede de atendimento ministerial, combatendo a revitimização institucional.

(Publicado em 05/07/22: <https://www.cnmmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/15409-cnmmp-apresenta-movimento-nacional-em-defesa-das-vitimas-em-encontro-sobre-direitos-fundamentais-no-espirito-santo>)

Questão 03

Assinale a alternativa que contém uma assertiva correta acerca da interpretação do texto acima:

- O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participou, no dia 29 de junho, em Vitória, no Espírito Santo, da II reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH). O encontro foi realizado em substituição à reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPJ), teve como objetivo debater a atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos fundamentais.
- Na II reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), Marcelo Weitzel, que presidiu a reunião, disse que o projeto de apoio às vítimas conta com o apoio, desde sempre, do presidente do CNMP, Augusto Aras, e de sua administração, bem como dos conselheiros. Ele analisou ainda a importância do Projeto de Lei nº 3.890/20, que cria o Estatuto em Defesa das Vítimas, destacando que o projeto promoverá uma nova forma de atuação do Ministério Público.
- O projeto Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas é promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ministério Público Federal (MPF) e Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em parceria com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).
- A assinatura do termo de adesão ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas pela presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Cavalcanti, marca o compromisso dos procuradores-gerais do Brasil em observar os termos da Resolução CNMP nº 243/2021, que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas.; promover a ampla comunicação do tema entre os membros e servidores, incentivando a participação nas capacitações do CNMP que tratam do tema; promover a cultura de medidas que evitem a revitimização; bem como disponibilizar projetos de melhores práticas e priorizar a implantação de núcleos ou centros de atendimento às vítimas, em conformidade com a disponibilidade de recursos de cada Ministério Público.

Questão 04

Assinale a alternativa que contém uma assertiva não contida no texto acima:

- O Estatuto em Defesa das Vítimas (Projeto de Lei nº 3.890/20), promoverá uma nova forma de atuação do Ministério Público.
- Na II reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), o CNMP demonstrou a importância da assinatura do termo de adesão ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas.
- O projeto Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas tem como objetivo desenvolver ações coordenadas que buscam a proteção integral e a promoção de direitos e de apoio às vítimas na perspectiva de atuação do Ministério Público brasileiro. O intuito é facilitar o acesso à informação e aos canais de acolhimento, além de ampliar as ferramentas disponíveis, humanizar e capacitar a rede de atendimento ministerial, combatendo a revitimização institucional.

- d) A assinatura do termo de adesão ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas por Norma Cavalcanti, marca o compromisso dos procuradores-gerais do Brasil em observar os termos da Resolução CNMP nº 243/2021, que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas; além de reconhecer que o MP brasileiro é função essencial à justiça e precisa melhorar a sua atuação na tutela do direito das vítimas de crimes violentos.

Questão 05

Assinale a alternativa que contém uso incorreto de crase:

- a) Viajarei às 14h à Rio Verde das Abóboras.
- b) Não dê ouvidos à reclamações.
- c) Estava à procura de um profissional.
- d) Esta é a festa à qual me referi.

Questão 06

Marque a assertiva que represente uso correto de concordância nominal:

- a) Andou por mares e terras desconhecidos.
- b) Possuía crença e fé exagerados.
- c) Prestei o concurso menos vez que você.
- d) As pessoas trajavam roupas nas cores azuis.

Questão 07

Sendo (C) para as assertivas corretas e (E) para as erradas, assinale a alternativa com a sequência correta:

- () Há um ano trabalho na 1ª Promotoria de Justiça de Quirinópolis.
 - () O juiz houve por bem reconsiderar sua decisão.
 - () Os criminosos houveram do poder público a devida punição.
 - () Os promotores de justiça houveram por mais acertado pedir a absolvição do réu.
- a) E – E – E – C
 - b) C – C – C – E
 - c) C – E – E – E
 - d) C – C – C – C

Questão 08

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas de forma correta:

- a) antebraço – creolina – sequer
- b) indígina – lacrimogêneo – destilar
- c) mimeógrafo – umidecer – sinão
- d) mexirico – arrepear – candeeiro

Questão 09

Os sinais de pontuação são importantes elementos de expressividade. Marque a alternativa em que o emprego da vírgula é opcional.

- a) Jovens macedônios, conhecedores de tecnologia, lançaram notícias falsas nas redes sociais.
- b) As notícias falsas, fenômeno prejudicial à sociedade, vêm sendo discutidas pela sociedade organizada.
- c) A publicação de notícias falsas, no ambiente virtual, prejudicou as vítimas.
- d) Não compartilhem notícias falsas, internautas.

Questão 10

Segundo a norma culta da língua portuguesa, assinale a alternativa que preenche corretamente as frases a seguir:

- I - As alunas _____ fizeram o trabalho.
- II - Eles não eram _____ bobos.
- III - A minha amada mora em _____ terras.
- IV - É _____ entrada de cachorro de grande porte.

- a) mesmas - nenhum - longes - proibido
- b) mesmas - nenhuns - longes - proibido
- c) mesmo - nenhuns - longes - proibida
- d) mesmas - nenhuns - longe - proibida

MATEMÁTICA

05 Questões

Questão 11

Um navio com 4 compartimentos transporta 720 pessoas. Para transportar 1260 pessoas, quantos compartimentos seriam necessários?

- a) 7 compartimentos.
- b) 6 compartimentos.
- c) 8 compartimentos.
- d) 9 compartimentos.

Questão 12

Assinale a alternativa correta:

- a) Um pintor, trabalhando 8 horas por dia, durante 10 dias, pinta 7.500 telhas. Para que ele possa pintar 6.000 telhas em 4 dias, ele deverá trabalhar 16 horas por dia.
- b) Três caminhões transportam 200m³ de areia. Para transportar 1600m³ de areia, serão necessários 25 caminhões iguais a esse.
- c) A comida que restou para 3 náufragos seria suficiente para alimentá-los por 12 dias. Um deles resolveu saltar e tentar chegar em terra nadando. Com um náufrago a menos, a duração dos alimentos será de 15 dias.
- d) Dez guindastes móveis carregam 200 caixas num navio em 18 dias de 8 horas de trabalho. Nessa senda, 70 caixas serão carregadas em 15 dias, por 6 guindastes, trabalhando 6 horas por dia.

Questão 13

Qual é o mínimo múltiplo comum entre 3, 9, 15 e 18?

- a) 3

- b) 27
- c) 90
- d) 270

Questão 14

Uma geladeira, cujo preço de custo era R\$800,00, foi vendida por R\$980,00. De quanto por cento foi o lucro sobre o preço de custo?

- a) 20%
- b) 22,5%
- c) 25%
- d) 27,5%

Questão 15

Em um loteamento, do Programa de Habitação Popular “Minha Casa Minha Vida”, foram construídos dois reservatórios de água. A razão entre os volumes internos do primeiro e do segundo é de 2 para 5, e a soma desses volumes é 14 m³. Assim, o valor absoluto da diferença entre as capacidades desses dois reservatórios, em litros, é igual a:

- a) 6.000
- b) 8.000
- c) 4.000
- d) 9.000

HISTÓRIA DO BRASIL

05 Questões

Questão 16

Quanto às causas da deflagração da Revolução de 1817, assinale a alternativa correta:

- a) A grande seca que havia atingido a região em 1816 acentuando a fome e a miséria e ocasionando uma queda na produção do café e do tabaco, produtos que eram a base da economia de Pernambuco.
- b) Criação de novos impostos por Dom João VI provocando a insatisfação da população pernambucana.
- c) A crescente pressão dos escravocratas da Europa que vinha incentivando o tráfico de escravos, mão de obra que se tornava cada vez mais cara e que era o motor de toda a economia agrária pernambucana.
- d) A presença maciça de espanhóis e franceses na liderança do governo e na administração pública.

Questão 17

Assinale a alternativa incorreta, acerca da monarquia no Brasil:

- a) Para entender como foi o Segundo Reinado e como ele levou à queda da monarquia, é preciso compreender como se dava a disputa entre conservadores e liberais. Estes foram grupos formados durante a regência e se estenderam até mesmo quando ela terminou.
- b) Em 18 de julho de 1841, ocorreu a coroação do novo Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: D. Pedro II, com apenas 14 anos de idade, sem que houvesse aprovação do Congresso.

- c) Sem dúvida, o café recebeu o maior foco do Segundo Reinado. Havia três grandes regiões produtoras de café no Brasil: Vale do Paraíba (RJ/SP); Oeste Paulista (SP); e, Zona da Mata (MG).
- d) A Guerra do Paraguai, no segundo Reinado, foi uma das principais causas pela queda do monarquismo no Brasil.

Questão 18

Tendo em conta os fatos históricos que envolveram a Revolução (ou Golpe) de 1930, julgue os itens abaixo como corretos ou incorretos:

I - Durante a República Velha até a Revolução de 1930, pode-se dizer que a produção agrícola brasileira era significativamente superior à industrial, fato que também se refletia na repartição do poder político, que se concentrava nas mãos de grupos de fazendeiros latifundiários, em especial, cafeicultores e criadores de gado, daí porque uma aliança política estabelecida naquele tempo - que alternava a Presidência da República entre grupos políticos de São Paulo, produtores de café, e de Minas Gerais, produtores de gado – ficou conhecida como “política do café com leite”.

II - Washington Luís, então Presidente da República, paulista e ligado ao grupo político do Estado de São Paulo, ao invés de indicar como seu sucessor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então Presidente de Minas Gerais, ou seu vice, o mineiro Fernando de Melo Viana, resolveu apoiar um paulista, Júlio Prestes, provocando tensão na “política do café com leite”. O mineiro Antônio Carlos, em contrapartida, tentou promover uma política conciliatória com Washington Luís e tentou lançar como candidato o gaúcho Getúlio Vargas, todavia, o então Presidente, após consultar os Presidentes dos Estados e obter a aprovação de 17 Estados, manteve apoio e indicou o paulista Júlio Prestes. Não manifestaram apoio a São Paulo os Estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que formaram a chamada Aliança Liberal, em oposição a Júlio Prestes e a favor de Getúlio Vargas, lançando este último então como candidato.

III - A atual bandeira da Paraíba foi adotada em 1930, na qual consta no meio da parte vermelha da bandeira a inscrição “NEGO”, que se refere ao verbo “negar” no presente do indicativo da primeira pessoa do singular e representa a não aceitação do sucessor à Presidência da República indicado pelo presidente brasileiro da época, Washington Luís.

IV - Nas eleições realizadas em 1º de março de 1930 disputaram a Presidência da República os candidatos Júlio Prestes e Getúlio Vargas, sendo esta eleição vencida por Júlio Prestes. Após a vitória de Júlio Prestes, a Aliança Liberal - formada pelos Estados Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba - questionou o resultado do pleito e alegou fraude eleitoral, irrisignação esta que, somada ao assassinato do então Vice-Presidente da chapa de Getúlio Vargas, o então Presidente da Paraíba João Pessoa Cavalcanti de Abulquerque, resultou em ações militares em vários pontos do país e com a tomada a força do poder por oficiais gerais, que em seguida instalaram uma Junta Provisória do governo, composta por 3 militares, que decidiu transmitir o poder a Getúlio Vargas.

V - O então Presidente da Paraíba e candidato à Vice-Presidente em chapa com Getúlio Vargas, João Pessoa Cavalcanti de Abulquerque, concentrava bastante apoio popular na região nordeste do país, razão pela qual, após as eleições de 1930, foi morto a mando do grupo político dominante de São Paulo, que atendia a interesses de Júlio Prestes, então eleito, e que visava a consolidação do grupo paulista no poder. A fim de criar uma cortina de fumaça e, com isso, evitar o crescimento de uma comoção popular que se iniciava em torno da morte de João Pessoa e que culminaria na Revolução de 30, o então Presidente Washington Luís tentou criar uma cortina de fumaça, usando de sua influência para publicar notícias falsas em jornais para esconder a verdadeira motivação da morte de João Pessoa, a partir da divulgação de fatos falsos relacionados a uma conhecida animosidade pessoal do governante paraibano com o jornalista João Duarte Dantas.

- a) Somente duas assertivas estão corretas.
- b) Somente três assertivas estão corretas.
- c) Somente quatro assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 19

Sobre a Era Vargas, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - A Constituição da República de 1934, ao contrário da Constituição da República de 1891, definia o Brasil como República Federativa, conservava a separação e a autonomia dos três poderes e estabelecia as eleições diretas.

II – A Constituição da República de 1934 não reconhecia direitos trabalhistas e proibida o voto feminino.

III - A Constituição da República de 1934 não garantia o voto secreto, facilitando, assim, a prática de corrupção eleitoral.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Nenhum item está correto.

Questão 20

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política universal para todos constitui-se em uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira no século XX. Consagrado na Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 196 a 198, o SUS deve ser valorizado e defendido como um marco para a cidadania e o avanço civilizatório. É importante salientar que a enorme desigualdade social existente no País produz vulnerabilidades que, ao lado do envelhecimento da população, aumentam o consumo dos serviços de saúde.

A saúde, como direito previsto pela Constituição, estabeleceu um sistema essencialmente público e único, reservando ao setor privado um papel complementar, ou seja, de atuar onde o sistema público não estivesse presente, mediante necessidades explícitas sob a decisão e a regulação do SUS.

A sociedade deve reconhecer a diferença entre direito à saúde e poder de compra de serviços de saúde; reconhecer o significado do SUS como uma conquista social que garantiu ações de atenção básica, de vigilância em saúde, de emergência e que tem 75% da população como usuária exclusiva. Tarefa difícil para os tempos individualistas, mas necessária se o Brasil escolher, nessa encruzilhada complexa, o caminho futuro de uma sociedade solidária e democrática.

A democracia envolve um modelo de Estado onde políticas sociais protegem os cidadãos e reduzem as desigualdades. A democracia participativa no âmbito da saúde é uma diretriz que valoriza a participação social, fortalece a cidadania e contribui para assegurar o exercício de direitos sociais, o pluralismo político e o bem-estar como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme prevê a Constituição.

(RIZZOTO, M. L. F. et al. *Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes*. Revista Saúde em Debate, n. 116, jan.-mar. 2018 (adaptado) - <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/491/23>)

Segundo o texto, duas características da concepção da política pública analisada, um marco da democracia e da cidadania no Brasil, são:

- a) Universalismo e igualitarismo.
- b) Nacionalismo e individualismo.
- c) Paternalismo e filantropia.
- d) Revolucionarismo e coparticipação.

GEOGRAFIA

05 Questões

Questão 21

Assinale a alternativa correta quanto à República Federativa do Brasil:

- a) Em função do sistema de distribuição de competências legislativas criado pela CF, há patente superioridade hierárquica das leis federais sobre as estaduais.
- b) As entidades políticas são pessoas jurídicas de direito privado, como a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Já as entidades administrativas integram a administração pública e têm autonomia política, como as autarquias e as fundações públicas.
- c) De acordo com a Constituição Federal, novos municípios poderão ser criados mediante incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
- d) Os municípios e os estados-membros da Federação brasileira são dotados de personalidade de direito internacional.

Questão 22

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O espaço geográfico é resultante da ação humana sobre o meio, o que inevitavelmente provoca uma transformação nas paisagens. É exemplo de paisagem natural: Reserva ambiental em área rural.
- b) A paisagem não é estática, é dinâmica. Sua transformação pode acontecer constantemente. É exemplo de paisagem natural: Floresta equatorial não ocupada pelo homem.
- c) A paisagem possui elementos naturais e culturais, estes algumas vezes justapostos e expressando a harmonia entre o presente e o passado. É exemplo de paisagem cultural: um parque ambiental construído pelo homem.
- d) A paisagem cultural pode ser considerada um reflexo direto da compreensão humana. É exemplo de paisagem natural: Hotel fazenda reservado para o turismo.

Questão 23

A partir do emprego da rosa dos ventos e dos conhecimentos básicos sobre os pontos cardeais e seus intermediários, um oficial de Promotoria de Justiça concluiu que a cidade de Quirinópolis está localizada a sudoeste da cidade de Vianópolis. Isso significa que, em relação à cidade de Quirinópolis, a cidade de Vianópolis está localizada à:

- a) Sudoeste.
- b) Sudeste.
- c) Noroeste.
- d) Nordeste.

Questão 24

Assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Estrutura fundiária é a forma como as propriedades rurais estão organizadas e distribuídas quanto ao número e ao tamanho. Sabe-se que a estrutura fundiária brasileira é uma das menos concentradas do mundo.

II – *Commodities* é uma expressão originária do inglês para designar matéria-prima sem importância comercial no âmbito internacional.

III – A tecnificação do campo brasileiro tornou-se cada vez mais acentuada, assumindo uma alta sofisticação e complexidade, subsidiada por institutos de pesquisa que aprimoram e potencializam a agropecuária brasileira, como é o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

- a) Somente os itens I e II estão corretos.

- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Nenhum item está correto.

Questão 25

A história dos Estados Unidos da América reflete uma trajetória que culmina com seu poderio econômico e bélico atual. Algumas doutrinas, posicionamentos intelectuais, filosóficos e até religiosos colaboraram para esse sucesso. Tratando dessa temática, assinale a alternativa correta acerca das assertivas a seguir:

I - O Iluminismo, movimento filosófico, contribuiu com ideias de relevante importância para a política e a economia dos EUA. O Iluminismo prega, dentre outras coisas, a democracia, o liberalismo econômico, a liberdade de culto e de pensamento. A independência dos EUA foi feita sob a égide desses pensamentos.

II - Após sua independência, os EUA desenvolveram a ideia do Destino Manifesto, a qual os colocava como eleitos por Deus para levar o "progresso" e a "civilização" a outros povos. Em meados do século XIX, essa doutrina deu embasamento à expansão territorial para oeste, o que acabou implicando na morte de milhares de índios e mexicanos.

III - Apesar de estar no contexto do Iluminismo, o Liberalismo Econômico contribuiu por demais com a industrialização dos EUA, de modo que em meados do século XIX, o país já despontava como a quinta nação do mundo em produção industrial. Na verdade, apesar de os EUA pregar o liberalismo, dentro do próprio país havia grande concentração de monopólios e trustes.

IV - A Doutrina Monroe pregava que a América teria que ser para os americanos. Assim, para os EUA, qualquer intrusão das potências europeias na América seria vista como um ato de agressão, o que colaborou para o início da hegemonia estadunidense em toda América.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) A assertiva I está incorreta.
- c) A assertiva II está incorreta.
- d) A assertiva III está incorreta.

INFORMÁTICA BÁSICA

05 Questões

Questão 26

Assinale a alternativa incorreta quanto ao correio eletrônico:

- a) Por meio do correio eletrônico é possível o envio e a troca de documentos, imagens e áudios para qualquer pessoa que possua um endereço de correio eletrônico.
- b) A caixa de entrada do correio eletrônico é onde os usuários recebem suas mensagens e elas ficam nesse local até serem arquivadas, lidas ou apagadas.
- c) Os correios eletrônicos são disponibilizados pelos navegadores para que os usuários possam receber e enviar e-mails.
- d) Para acessar o correio eletrônico basta apenas o acesso à internet, dispensando-se um endereço eletrônico pessoal.

Questão 27

Assinale a alternativa incorreta, a respeito das opções do Painel de Controle do sistema operacional Windows:

- a) Por meio da opção Personalização, é possível alterar as imagens, as cores e os sons no computador.

- b) Por meio da opção Recuperação, é possível restaurar o sistema sem afetar os arquivos.
- c) Por meio da opção Sistema, é possível exibir informações sobre o computador.
- d) Por meio do Windows Update é possível se acessar de forma segura o provedor do serviço de correio eletrônico.

Questão 28

O sistema operacional Windows conta com uma série de atalhos que otimizam a experiência no trabalho. A esse respeito, julgue os itens abaixo como corretos ou incorretos:

I - Ao utilizar o atalho Ctrl + Z o Windows não desfaz a última ação realizada, sendo este recurso exclusivo do Office Word.

II - Ao clicar em algum arquivo e em seguida teclar F2 o Windows permite que o nome deste arquivo seja renomeado.

III - O atalho Ctrl + C realiza a operação “colar”.

IV - O atalho para abrir o manual de ajuda de um programa em funcionamento no Windows é F10.

- a) Somente 1 está correta.
- b) Somente 2 estão corretas.
- c) Somente 3 estão corretas.
- d) Todas estão corretas.

Questão 29

Nos navegadores de Internet, os atalhos de teclado facilitam a navegação, especialmente entre guias abertas na janela atual. Sobre o tema, assinale a alternativa correta acerca das seguintes assertivas:

I - Ctrl+T (abrir uma nova guia)

II - Ctrl+P (Imprimir a página atual)

III - Ctrl+J (exibir downloads)

IV - Ctrl+H (exibir o histórico de navegação)

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Os itens I, II, III e IV estão corretos.

Questão 30

Atalhos de teclado são teclas ou combinações de teclas que fornecem uma maneira alternativa de fazer algo que você normalmente faria com o mouse ou ainda que facilitam a navegação pelo desktop, com o uso concomitante do mouse.

Por exemplo, para selecionar arquivos ou pastas não sequenciais no Windows 10, você deve selecionar o primeiro arquivo ou a primeira pasta do seu interesse, usando o mouse e, depois, manter a tecla de atalho ____ pressionada e continuar a selecionar outros arquivos ou outras pastas que queira.

A alternativa que preenche corretamente a lacuna é:

- a) Alt
- b) Ctrl
- c) Shift
- d) Tab

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

20 Questões

Questão 31

Assinale a alternativa que contenha uma hipótese que configura vedação constitucional ao membro do Ministério Público:

- a) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- b) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- c) Exercer atividade político-partidária, contanto que autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça.
- d) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição.

Questão 32

De acordo com a Lei Complementar Estadual de nº 25/98, compete aos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público:

- a) Zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público, decorrentes de convênios firmados.
- b) Encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público estatística anual e relatório trimestral de suas atividades.
- c) Remeter informações técnico-jurídicas, com caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade.
- d) Apresentar ao Corregedor-Geral do Ministério Público propostas e sugestões para edição de atos e instruções, sem caráter normativo, tendentes à melhoria do serviço do Ministério Público.

Questão 33

As alternativas abaixo relacionam-se às competências dos Procuradores de Justiça, conforme preconizado pela Lei Complementar Estadual de nº 25/98. Marque a alternativa que não se enquadra nas competências previstas para os Procuradores de Justiça.

- a) Impetrar habeas corpus, mandado de segurança, requerer correição parcial, bem como propor outras medidas cabíveis, perante os Tribunais competentes.
- b) Integrar comissão de processo administrativo disciplinar instaurado contra membro do Ministério Público.
- c) Participar das sessões dos Tribunais, no julgamento dos processos em que oficiou, tomando ciência, pessoalmente e mediante vista dos autos respectivos, das decisões proferidas.
- d) Requisitar, do Procurador Geral de Justiça, fundamentadamente, quando for o caso, a interposição de recursos aos Tribunais locais ou Superiores, ou adoção de outras medidas cabíveis.

Questão 34

Julgue as assertivas abaixo, que cuidam da notícia de fato, prevista na Resolução de nº 09/2018, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Goiás.

I - A notícia de fato será apreciada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 120 (cento e vinte) dias;

II - Em caso de necessidade, o membro do Ministério Público poderá encaminhar a notícia a órgão externo com atribuição para apuração inicial dos fatos, requisitando, se for o caso, providências e comunicação acerca do resultado das diligências;

III - Se aquele a quem for encaminhada a notícia de fato entender que a atribuição para apreciá-la é de outro órgão do Ministério Público, a ele promoverá a sua remessa, após o referendo do Conselho Superior..

Assinale a alternativa que corresponde aos julgamentos das assertivas:

- a) I, II e III estão corretas.
- b) II e III estão incorretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) I e III estão incorretas.

Questão 35

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos termos do artigo 128 §1º da C.F/88, o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. Já o artigo 3º da L.C estadual nº 25/98 estabelece que o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a, por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente ao Poder Legislativo.
- b) O artigo 127, § 2º, da C.F/88 dispõe que ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. Já o artigo 16 da L.C estadual nº 25/98 dispõe que o Procurador-Geral de Justiça deverá apresentar ao Colégio de Procuradores de Justiça o Plano Estratégico Institucional do Ministério Público destinado a orientar a consecução de prioridades nas diversas áreas de suas atribuições.
- c) O artigo 17, parágrafo único da L.C estadual nº 25/98 estatui que O Colégio de Procuradores de Justiça reunir-se-á mensalmente, em sessão ordinária, ou por convocação extraordinária do Procurador-Geral de Justiça, ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus integrantes, na forma do regimento interno. Já o § 2º do art. 129 da C.F/88 dispõe que as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- d) O § 3º do art. 129 da C.F/88 dispõe que o ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. Já o § 1º do artigo 19 da L.C estadual nº 25/98 estabelece que O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelos Promotores de Justiça em exercício e dois pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição, observado o procedimento desta Lei.

Questão 36

Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; o Ministério Público eleitoral e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- b) São funções institucionais do MP: promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- c) São funções institucionais do MP: defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades privadas mas sendo permitida a consultoria de entidades públicas.
- d) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. No tocante à autonomia do MP, a C.F estabelece que durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se autorizadas posteriormente, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

Questão 37

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete ao Conselho Superior do MP indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade; bem como deliberar sobre remoção, permuta, reingresso e aproveitamento de membros do Ministério Público em disponibilidade.
- b) Compete ao Conselho Superior do MP indicar ao Procurador-Geral de Justiça, através de formação de lista, Promotores de Justiça para substituição por convocação; bem como aprovar o regulamento de estágio probatório elaborado pela Corregedoria Geral do Ministério Público.
- c) Compete ao Conselho Superior do MP nomear os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira; bem como opinar sobre recomendações aos órgãos do Ministério Público, sem caráter normativo, para desempenho de suas funções, nos casos em que se mostrar conveniente a atuação uniforme.
- d) Compete ao Conselho Superior do MP dar posse aos Promotores de Justiça Substitutos e conhecer dos relatórios reservados elaborados pela Corregedoria Geral do Ministério Público, em inspeções e correições realizadas nas Promotorias de Justiça, recomendando as providências cabíveis.

Questão 38

Assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça: opinar, por requisição do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/3 (um terço) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional.
- b) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça: dar posse ao Procurador-Geral de Justiça; bem como representar ao Corregedor-Geral do Ministério Público acerca da instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público.
- c) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça: autorizar, por maioria relativa de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público; bem como eleger, dar posse e exercício ao Corregedor-Geral do Ministério Público.
- d) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça: decidir, em grau de recurso, acerca das causas de inelegibilidade para escolha de membro de órgão colegiado do Ministério Público, Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público; bem como julgar recurso, nos termos do regimento interno, contra decisão que indeferir pedido de cessação de disponibilidade; e de remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público.

Questão 39

É exemplo de órgão de execução do Ministério Público:

- a) Centro de Apoio Operacional.
- b) Coordenação de Apoio Técnico Pericial.
- c) Escola Superior do Ministério Público.
- d) Promotor de Justiça.

Questão 40

Os autos extrajudiciais que tramitam no âmbito do Ministério Público para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis foram divididos em categorias específicas e padronizados taxonomicamente pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, em âmbito nacional, e por cada unidade do Ministério Público, dentro de suas respectivas esferas. No caso do *Parquet* goiano foi editada a Resolução n. 9/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça. Sobre a temática, julgue os itens abaixo:

I. Notícia de fato é qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação. A notícia de fato deve ser apreciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua apresentação, não sendo admitida prorrogação, podendo o membro do Ministério Público colher informações preliminares para deliberar sobre a instauração do procedimento próprio (procedimento preparatório, inquérito civil ou procedimento administrativo), sendo vedada a expedição de notificações e requisições para tanto.

II. O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, é procedimento investigatório e será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos da legislação aplicável, servindo para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais do Ministério Público, sendo autorizada a sua instauração de ofício ou mediante provocação.

III. O procedimento administrativo é o instrumento destinado a acompanhar a fiscalização de instituições, políticas públicas e fatos, bem como o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta, e ainda para a apuração de fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis.

IV. O inquérito civil público e o procedimento administrativo devem ser concluídos no prazo de 1 (um) ano, admitida a prorrogação pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, desde que por decisão fundamentada que indique a imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências e, no caso de eventual deliberação pelo arquivamento – diferente do que ocorre com a notícia de fato, que é arquivada na própria origem – a respectiva decisão deve ser submetida à apreciação do Conselho Superior, que poderá homologá-la ou rejeitá-la.

V. O procedimento preparatório deve ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, admitida uma única prorrogação fundamentada e por igual prazo. Assim, vencido o prazo regulamentar, o membro do Ministério Público deve convertê-lo em inquérito civil, promover o seu arquivamento ou ajuizar a respectiva ação civil pública.

Considerando as assertivas acima, é possível afirmar que:

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas 4 estão corretas.
- c) Apenas 3 estão corretas.
- d) Apenas 2 estão corretas.

Questão 41

A respeito da temática dos autos extrajudiciais de natureza cível e a regulamentação da Resolução n. 9/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa em que NÃO foi instaurado o procedimento adequado:

- a) O membro titular da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Quirinópolis recebe ofício do colega da Promotoria de Serranópolis que noticia que duas crianças foram entregues à terceiro não identificado que reside em Gouvelândia, distrito da Comarca de Quirinópolis, em virtude da prisão preventiva dos pais dos infantes, que moram na zona rural de Serranópolis e que supostamente teriam praticado um homicídio em curso. A fim de apurar a situação em que se encontram inseridos e avaliar se o novo lar em Gouvelândia é adequado para o sadio desenvolvimento dos infantes, instaurou-se procedimento administrativo.
- b) O Promotor que atua na defesa dos direitos do consumidor em Quirinópolis atendeu em seu gabinete o proprietário de um açougue situado em Gouvelândia que reclamou da existência de um “esquema” de carne clandestina na região e indicou diversos açougues e pecuaristas supostamente envolvidos, o que prejudicaria seus negócios, já que, diferente de parte da concorrência, ele trabalharia apenas com “carne legal” e por isso não conseguiria alcançar o mesmo preço dos revendedores do produto ilegal. Para levantar provas e, posteriormente, definir qual medida extrajudicial ou judicial será a mais pertinente para a tutela dos direitos dos consumidores, o Promotor de Justiça, já antevendo a insuficiência do prazo da notícia de fato, a complexidade da investigação e à vista dos elementos de prova trazidos pelo noticiantes, instaura inquérito civil público.
- c) O Promotor de Justiça com atuação na curadoria da saúde em Quirinópolis atende uma mulher, Marta, que alega que seu filho, Antônio Neto, uma criança de 8 (oito) anos de idade, padece de hiperatividade e precisa do medicamento metilfenidato para tratamento da doença, contudo, assevera que a Secretaria Municipal de Saúde tem recusado o fornecimento. Para tanto, Marta traz consigo uma receita e um relatório subscrito por psiquiatra que supostamente atestam o problema de saúde de Antônio Neto, contudo, os documentos são ilegíveis devido à grafia sofrível do médico. A documentação e o relatório do atendimento de Marta e Antônio Neto foram registrados inicialmente como notícia de fato e, além de pedir à mãe e à criança novos documentos legíveis, o Promotor de Justiça solicitou informações à Secretaria de Saúde via ofício. Contudo, o prazo regulamentar do expediente se exauriu sem que fosse recebido qualquer retorno e, diante disso, instaurou-se procedimento preparatório de inquérito civil público a fim de continuar a apuração, notadamente para verificar se a criança efetivamente precisa do medicamento.
- d) O Promotor de Justiça com atuação na defesa do meio ambiente, após receber cópia de auto de multa aplicada por fiscal ambiental em face de dano ecológico praticado por multinacional instalada na região, instaura inquérito civil público. Notificada, a empresa rapidamente apresentou ao Ministério Público cópia de plano de recuperação de área degradada – PRAD homologado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás. Na sequência, o Promotor de Justiça se reúne com representantes da empresa e celebra compromisso de ajuste de conduta que prevê prazos e condições para cumprimento do PRAD, além de indenização em favor do fundo municipal do meio ambiente. Diante disso, o inquérito civil público é arquivado e, ao mesmo tempo, é instaurado procedimento administrativo para acompanhar o termo de ajuste de conduta entabulado.

Questão 42

Considerando a regulamentação constante da Resolução n. 7/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, que disciplina a notícia de fato de natureza criminal, a instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Notícia de fato de natureza criminal é qualquer demanda extrajudicial contendo a narrativa de conduta configuradora de infração penal, ao menos em tese, submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições criminais. Já o procedimento

investigatório criminal é instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e investigatória, instaurado e presidido por membro do Ministério Público com atribuição criminal, e tem por finalidade a apuração da prática de infrações penais de iniciativa pública, servindo como meio formador do convencimento jurídico penal.

- b) A notícia de fato criminal será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, quando necessárias diligências preliminares imprescindíveis à formação do convencimento jurídico a respeito do fato.
- c) O procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de forma conjunta por membros do Ministério Público com atribuição criminal, por meio de força tarefa ou por grupo de atuação especial, com a anuência do Promotor Natural quando necessária, cabendo a presidência àquele indicado na portaria de instauração.
- d) No caso de arquivamento de notícia de fato criminal, a decisão será publicada no diário oficial do Ministério Público, sendo obrigatória a cientificação pessoal do investigado e da suposta vítima, quando houver, e facultativa a do noticiante, admitindo-se recurso administrativo, que deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, já acompanhado das respectivas razões.

Questão 43

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, não é atribuição administrativa do Procurador-Geral de Justiça:

- a) propor ao Poder Legislativo a fixação, a revisão, o reajuste e a recomposição dos vencimentos dos membros do Ministério Público e de seus servidores, determinando as implantações decorrentes do sistema remuneratório.
- b) aprovar o Plano Estratégico Institucional e os Planos Gerais de Atuação, nos termos regimentais.
- c) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.
- d) promover a abertura de crédito e a alteração no orçamento analítico do Ministério Público dos recursos dos elementos semelhantes, de um para outro, dentro das consignações respectivas, de acordo com as necessidades do serviço e as normas legais vigentes.

Questão 44

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Colégio de Procuradores de Justiça reunir-se-á mensalmente, em sessão ordinária, ou por convocação extraordinária do Procurador-Geral de Justiça, ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus integrantes, na forma do regimento interno.
- b) O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelos Promotores de Justiça em exercício e dois pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição, observado o procedimento desta Lei.
- c) Em caso de renúncia ou impedimento do Corregedor-Geral do Ministério Público por mais de 10 (dez) dias consecutivos, o Colégio de Procuradores de Justiça realizará nova eleição.
- d) O Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou categoria, nominados Promotores de Justiça Corregedores, por ele indicados em seqüência ordinal e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Questão 45

Com base na Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta:

- a) As Procuradorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998.
- b) As Procuradorias de Justiça são classificadas em Procuradorias de Justiça Criminais, Procuradorias de Justiça Cíveis e Procuradorias de Justiça Especializadas.
- c) As atribuições das Procuradorias de Justiça serão instituídas por resolução do Conselho Superior, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça.
- d) O Procurador-Geral de Justiça poderá instituir, por delegação, Procuradorias de Justiça Especializadas para interpor recursos junto aos Tribunais Superiores e atuar nas matérias de suas atribuições originárias.

Questão 46

Com base na Resolução nº 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, é procedimento investigatório e será instaurado para apurar fato que possa autorizar a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos da legislação aplicável, servindo para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais do Ministério Público.

II - A instauração do inquérito civil e a adoção das medidas dele decorrentes caberão ao membro do Ministério Público investido da atribuição para a propositura da ação civil pública, respeitadas as regras de distribuição, inclusive na hipótese de instauração de ofício, bem como a atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça.

III - Verificado, no curso do inquérito civil, que a complexidade dos fatos ou a amplitude do objeto possa comprometer a eficiência da apuração, o presidente determinará o desmembramento da investigação, expedindo as portarias correspondentes.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 47

De acordo com a disciplina legal dada pela Lei Estadual de Goiás 20.756/2020, mais especificamente quanto ao cumprimento das ordens de superiores, é correto afirmar, **exceto**:

- a) É dever do servidor cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- b) É circunstância que atenua a penalidade a prática da transgressão disciplinar em cumprimento de ordem não manifestamente ilegal de autoridade superior.
- c) Constitui transgressão disciplinar e ao servidor é proibido descumprir, desrespeitar ou retardar, culposa ou intencionalmente, o cumprimento de qualquer ordem legítima, administrativa ou judicial, lei ou regulamento, conduta passível de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente.
- d) Constitui transgressão disciplinar e ao servidor é proibido aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem legítima, ou para ser retardada a sua execução, conduta passível de suspensão até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente.

Questão 48

Ainda tendo por embasamento a Lei Estadual de Goiás 20.756/2020, no pertinente ao capítulo que trata das Responsabilidades, marque a alternativa correta quanto às assertivas a seguir:

- I - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
 - II - A responsabilidade civil decorre de conduta omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro.
 - III - A responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade.
 - IV - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si; entretanto, a responsabilidade administrativa e civil do servidor será afastada no caso de sentença penal absolutória quanto ao mesmo fato, fundada na sua inexistência material ou na negativa de sua autoria.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Apenas uma assertiva está incorreta.
 - c) Apenas duas assertivas estão incorretas.
 - d) Pelo menos três assertivas estão incorretas.

Questão 49

Seguindo a disciplina legal da Lei 14.810/2004, que institui o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás, o ingresso nas categorias do Quadro Permanente dar-se-á na classe e referência iniciais, mediante concurso público de provas e títulos, sendo que o tempo de serviço prestado ao Ministério Público do Estado de Goiás será computado como título nos termos do respectivo edital. Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo no âmbito da instituição ficarão sujeitos ao estágio probatório. Acerca dessa temática, podemos afirmar, **exceto**:

- a) O período de estágio probatório é de três (03) anos, durante o qual serão apurados os requisitos necessários para a aquisição da estabilidade.
- b) São requisitos mínimos a serem observados no estágio probatório: idoneidade moral, assiduidade, pontualidade, disciplina, eficiência e aptidão.
- c) O não atendimento dos requisitos necessários para aquisição de estabilidade implicará na instauração de processo de exoneração do servidor nomeado, o qual será concluído no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) São vedadas a promoção e a progressão funcional durante o estágio probatório, findo o qual será concedida ao servidor aprovado a progressão funcional para a referência 02 da classe "A" da respectiva carreira.

Questão 50

Considerando o teor da Lei 14.810/2004, assinale a alternativa correta acerca das assertivas a seguir:

- I - O servidor fará jus, anualmente, a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica, sendo-lhe facultado converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário.
- II - Aos servidores do Ministério Público do Estado de Goiás são concedidas, além das licenças previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Goiás, a licença-paternidade de 20 (vinte) dias ininterruptos, a licença para casamento de oito dias ininterruptos, a licença por luto, de oito dias ininterruptos.
- III - Poderá haver substituição na hipótese de impedimento legal e temporário de ocupante de cargo em comissão de assessoria ou de direção, e de função de confiança por encargo de chefia, a qual será remunerada proporcionalmente ao período de substituição, observado o mínimo de 10 (dez) dias.

IV - O servidor do Ministério Público do Estado de Goiás, além dos abonos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Goiás, poderá ter abonadas até 5 (cinco) faltas por semestre do ano civil, mediante autorização da chefia imediata.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas a assertiva II está incorreta.
- c) Apenas a assertiva III está incorreta.
- d) Apenas a assertiva IV está incorreta.

PROVA DISCURSIVA

02 Questões

Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.

Questão 01

A Resolução n. 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMGO dispõe nos 3 incisos e no § 1º do seu artigo 6º as hipóteses em que a notícia de fato será arquivada. Discorra sobre essas 4 situações de arquivamento da N.F.

Questão 02

A portaria de instauração é ato inaugural do procedimento extrajudicial. Na portaria são reunidas informações fundamentais. De modo específico, o art. 17 da Resolução n. 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMGO dispõe em 6 incisos sobre os requisitos essenciais da portaria de instauração de inquérito civil. Tendo isso em conta, enumere ao menos 4 dos itens que obrigatoriamente devem constar da portaria e fundamente a razão pela qual tais dados são fundamentais.

REDAÇÃO

Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

Após a leitura atenta do texto abaixo, elabore uma redação abordando a atividade do Ministério Público voltada para combater a desigualdade racial.

O reconhecimento da Abolição da Escravatura remete a sociedade brasileira ao dia 13 de maio, em função da assinatura da Lei Áurea, nessa mesma data, em 1888. A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF), presidida pelo conselheiro Luciano Nunes Maia Freire, lembra que esse marco histórico foi resultado de um longo processo de luta e resistência do povo negro, aliado ao movimento abolicionista.

A ponderação, porém, recai no fato de que a Lei não deu suporte aos libertos, que não receberam nenhuma reparação, apoio ou recurso pelos quase 400 anos de trabalho forçado, sob tortura e opressão. Ainda hoje, a desigualdade racial afeta o acesso de mais de 50% da população brasileira, que ainda se vê marcada pelo racismo estrutural e institucional.

O presidente da CDDF, Luciano Nunes Maia Freire, destaca que “um dos maiores desafios das instituições comprometidas com o resguardo e a afirmação da dignidade da pessoa humana está na assunção da desigualdade racial como um ponto de partida, pois não se rompem estruturas se não atentarmos e enfrentarmos esta realidade”.

Trecho extraído de:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/14196-grupo-de-trabalho-do-cnmp-destaca-atuacao-do-ministerio-publico-no-enfrentamento-do-racismo> (acesso 29/07/2022)